



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0350-7 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 2.085/2013

Ementa: Estabelece as medidas necessárias para promover o combate à proliferação de vetores, em especial os causadores da dengue e da febre amarela (*Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus*) e da outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA - ESTADO DO PARANÁ, aprovou:

Art. 1º. Aos moradores ou ocupantes de imóveis residenciais e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados, comerciais, industriais e congêneres, compete adotar as medidas necessárias à manutenção da higiene de suas propriedades ou imóveis possuídos, mantendo-os limpos, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis, evitando a proliferação de vetores, em especial os causadores da dengue e da febre amarela (*Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*).

Art. 2º. Os proprietários, inquilinos ou moradores a qualquer título, responsáveis por residências, diretores de estabelecimentos comerciais e industriais, administradores de instituições públicas ou privadas, bem como os proprietários e possuidores de terrenos, ficam obrigados a:

I - manter e conservar limpos os quintais, jamais deixando ao ar livre pneus, latas, plásticos, garrafas e outros objetos ou recipientes inservíveis em geral que possam acumular água parada e sirvam como criadouro para vetores;

II - vedar adequadamente caixas d`água, tinas, barris, cisternas e recipientes similares que possam acumular água parada;

III - trocar os suportes dos vasos de plantas em intervalos máximos de 2 (dois) dias ou, a critério do agente de saúde, que levará em conta o caso concreto, substituí-los ou preenchê-los com areia ou similar.

Parágrafo Único. No caso do inciso II, quando, face circunstância especial justificada pelo responsável e aceita pelo agente de saúde, não for possível vedar adequadamente o reservatório, serão adotadas as providências determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, através de seus agentes.

Art. 3º. Os proprietários ou responsáveis por obras, em andamento ou concluídas, bem como por terrenos baldios, ficam obrigados a:

I - adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções hídricas originadas ou não por chuvas, bem como a limpeza das áreas de sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água parada;

II - remover os entulhos e recipientes que possam conter água parada em terrenos baldios e edificados, sob pena de esses serviços serem executados pelo Município, sendo a multa e todas as despesas cobradas do proprietário ou responsável, a título de Taxa de Serviço,



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0350-7 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

observado o valor fixado em leis específicas do município que estiverem em vigor, especialmente, a Lei 1.613/2005 que fixa multa de 01 a 05 UFM (Unidade Fiscal Municipal) por descumprimento do preceito, e a Lei 1.374/1998, que fixa Taxa de Limpeza ao custo de 0,50 UFM (Unidade Fiscal Municipal), por metro linear de fachada;

III - manter convenientemente fechados, permanentemente drenados, periodicamente limpos e capinados os terrenos baldios e, caso sejam encontrados focos de mosquitos e larvas, adotar medidas destrutivas, de acordo com as respectivas normas técnicas, sob a mesma pena indicada no inciso anterior.

Art. 4º. Os industriais, comerciantes e proprietários de estabelecimentos prestadores de serviços nos ramos de laminadoras de pneus, empresas de recauchutagem, borracharias, depósitos de materiais em geral, inclusive construção, ferros-velhos, desmanches e similares, além do disposto nos artigos anteriores, ficam obrigados a:

I - manter os pneus armazenados em locais secos e cobertos, de modo a não acumular água em seu interior, ficando proibido seu depósito descoberto em qualquer hipótese;

II - manter secos e abrigados da chuva quaisquer recipientes, avulsos ou não, suscetíveis de acúmulo de água;

III - atender prontamente às ordens dos agentes de saúde designados pelo Município de Cidade Gaúcha.

Art. 5º. Os responsáveis por cemitérios e serviços funerários do Município ficam obrigados a:

I - manter permanentemente areia nos vasos para acomodação de flores nos cemitérios;

II - dispor de placas com orientação sobre cuidados a serem tomados para a prevenção da dengue e febre amarela, especialmente com a proibição de manter vasos com água nos túmulos e jazigos;

III - exercer rigorosa fiscalização na área do cemitério, determinando a imediata retirada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água, permitindo o uso apenas daqueles com terra, areia ou similar.

IV - exigir que só sejam levados para dentro do cemitério vasos que tenham o fundo com orifícios para escoamento de água.

Parágrafo Único. O desrespeito a qualquer das regras indicadas nos incisos deste artigo, que leve o Poder Público a tomar as providências necessárias, importará ao responsável omisso a cobrança da mesma multa e taxa indicada no inciso II do art. 3º desta Lei.

Art. 6º. O Município de Cidade Gaúcha, através das Secretarias Municipais, em especial, da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social, e demais órgãos competentes, ficam incumbidos de:

I - pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas e ações que visem à promoção, preservação e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar a esfera pública ou privada, a realizar estudos e programas de ordem sanitária do Município;



De acordo com a Lei Nº 1856/2009

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0350-7 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

II - realizar inspeções rotineiras em todo o Município para levantamento de índices de infestação desses vetores nas habitações, estabelecimentos comerciais ou industriais, públicos ou privados e entidades e instituições de qualquer natureza, terrenos ou logradouros públicos ou privados, garantindo acesso após a identificação;

III - promover a educação em saúde, através de palestras em escolas, entidades da sociedade civil organizada, programa de rádio e televisão, sobre a prevenção da dengue e febre amarela e outras doenças, além da divulgação de cartazes, cartilhas, folhetos e outros materiais educativos referentes aos cuidados a serem tomados no combate aos vetores;

IV - mobilizar a comunidade na promoção de mutirões, visando à eliminação de locais propícios à proliferação de vetores, inclusive dentro das residências, domicílios e terrenos em geral;

V - realizar tratamento focal utilizando-se de larvicidas ou inseticidas nos locais com proliferação dos vetores transmissores da dengue e febre amarela e outras doenças, de acordo com as indicações e normas técnicas.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal promoverá as ações de Polícia Administrativa, visando impedir hábitos e práticas que exponham a população ao risco de contrair doenças relacionadas a vetores, e, em especial, aos transmissores da dengue e febre amarela.

Art. 8º. O agente de saúde fará as inspeções nas residências, e nos estabelecimentos comerciais, industriais e congêneres, atendendo às instruções que lhes serão ditadas pela Secretaria Municipal da Saúde.

§ 1º. Encontrando ambiente propício ao criatório das larvas e mosquitos da dengue e/ou febre amarela, mesmo não existindo larvas nem mosquitos, fará notificação de advertência ao responsável pela residência ou estabelecimento, preenchendo formulário específico, entregando uma das vias ao responsável pelo imóvel e colhendo sua assinatura.

§ 2º. Havendo recusa em assinar, o agente de saúde relatará o fato e, no uso da fé pública, assinará o documento, que substituirá a ciência do responsável.

§ 3º. A notificação de advertência deverá conter as recomendações que o morador, proprietário, gerente ou responsável pelo imóvel, residencial, comercial ou industrial, deverá adotar em relação ao combate dos focos de larvas e/ou mosquitos da dengue e da febre amarela.

Art. 9º. Caso o agente de saúde encontre no imóvel algum foco de larvas e/ou mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes Albopictus*, recolherá do recipiente a água com as larvas para confirmação mediante análise e, através de formulário específico apresentará relatório que conterá as seguintes informações:

I - quantidade de focos de larva e de mosquitos no mesmo imóvel;

II - a existência ou não de advertência anterior;

III - se o quintal, pátio ou ambiente externo da residência ou estabelecimento estava, ou não, bem limpo e conservado;

IV - se o responsável pelo imóvel criou dificuldades para o trabalho de inspeção;

V - se o foco encontrado estava em local de difícil constatação;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

De acordo com a Lei Nº 1856/2009

SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0350-7 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VI - outras anotações que entender necessárias, tendo-se em conta as características do imóvel.

Art. 10. Preenchido o formulário de que trata o artigo anterior, o agente de saúde destacará uma via e a fará acompanhar o material recolhido para exame.

§ 1º. Caso seja confirmada a existência de larvas do mosquito *Aedes aegypti* ou *Aedes albopictus* o responsável pelas Larvas Encontradas encaminhará o relatório de que trata art. 9º para a autoridade administrativa competente, informando-a da ocorrência, a fim de que se lavre o auto de infração com arbitramento de multa.

§ 2º. O valor da multa tomará em consideração as informações constantes do relatório preenchido pelo agente de saúde e terá gradação de 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal Municipal), entre o mínimo de 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal Municipal) e o máximo de 05 (cinco) UFM (Unidade Fiscal Municipal), aumentando conforme a gravidade da infração.

§ 3º. A autoridade administrativa notificará o autuado mediante carta com aviso de recebimento, da qual constará uma via do auto de infração, outra do relatório preenchido pelo agente de saúde e na qual constará a advertência expressa de que terá dez dias para apresentar sua defesa, ocasião em que poderá juntar os documentos que entender conveniente.

§ 4º. Para oferecer defesa, o autuado deverá apresentar suas razões sucintas e por escrito junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal. O agente de saúde será ouvido, e lavrado a termo, toda vez que a defesa contestar parcial ou totalmente o seu relatório.

§ 5º. A autoridade administrativa designada pelo Chefe do Poder Executivo para lavrar o auto de infração e arbitrar a multa deverá também apreciar a defesa do autuado, proferindo decisão.

Art. 11. O autuado deverá ser notificado da decisão por carta com aviso de recebimento, podendo oferecer recurso, no prazo de dez dias, ao Chefe do Poder Executivo, que decidirá de forma irrecorrível.

Parágrafo Único. O recurso deverá ser apresentado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

Art. 12. A fixação da multa levará em conta as informações constantes do relatório citado no art. 9º e será balizada pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 13. Havendo reincidência, a multa será aplicada em dobro, ainda que ultrapasse o limite estabelecido no § 2º do art. 10 desta Lei.

§ 1º. A cada nova reincidência a multa será dobrada em relação àquela imediatamente anterior.

§ 2º. Os valores serão objeto de correção pelo IPCA-E do IBGE, após o seu vencimento.

Art. 14. Quando o autuado é pessoa jurídica, a fixação da multa nunca poderá ser inferior a 02 (duas) UFM (Unidade Fiscal Municipal), ainda que se trate de micro ou pequena empresa, estando ou não na informalidade.

Parágrafo único. Aplica-se a essas empresas os parágrafos do art. 13 desta Lei.



De acordo com a Lei Nº 1856/2009

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA

SEXTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2013

ANO: I

EDIÇÃO Nº: 0350-7 Pág(s)

www.cidadegaucha.pr.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 15. É vedado à autoridade administrativa que receber a defesa do autuado converter a multa em pena alternativa para prestação de serviços comunitários.

Art. 16. A autoridade administrativa a quem competir a lavratura do auto de infração, arbitramento da multa, apreciação e julgamento das defesas será designada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Primeiro: A autoridade designada para as atribuições desta Lei exercerá suas atribuições sem direito à remuneração.

Parágrafo Segundo: A apreciação e julgamento das defesas será por uma comissão designada pelo Prefeito Municipal, composta de 03 (três) membros, sendo 01 Representante da Vigilância Sanitária, 01 Representante da Comunidade e 01 Representante da Assessoria Jurídica.

Art. 17. Os recursos arrecadados com as multas deverão ser destinados à constituição de Fundo para custear ações no combate à dengue e à febre amarela, além de outras epidemias que vierem eventualmente a se manifestar no Município.

Art. 18. Não sendo quitado voluntariamente o valor da multa estabelecido na forma desta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a lançá-lo em dívida ativa, devidamente atualizado na forma do § 2º do art. 13, procedendo a execução pela forma legal.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará eventuais lacunas desta lei, mediante decreto.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, em 09 de Setembro de 2013.

Alexandre Lucena
Prefeito Municipal